



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.025.588/0001-42 DUNS®: 900959301
Razão Social: RECINTEC TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA
Nome Fantasia: ENERGY AMBIENTAL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 19/05/2027
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Sem Informação	
FGTS	Validade:	21/06/2026 Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/11/2026 Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/09/2026
Receita Municipal	Validade:	03/06/2026

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.025.588/0001-42 DUNS®: 900959301
Razão Social: RECINTEC TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA
Nome Fantasia: ENERGY AMBIENTAL
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 120636 - GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA
Data Aplicação: 11/05/2023
Número do Processo: 67532.001908/2023 Número do Contrato: nº 08/GAP-LS/2022
Descrição/Justificativa: Com fulcro no item 15.4, letra "a" do item 21.1 e letra "i" do item 21.2 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 08/GAP-LS/2022 e item 21.13 do edital do Pregão mencionado, item 6.1.1 da ICA 12-23/2019, inciso I, do art. 87, da Lei 8.666/93, por força do Art. 9ª da Lei 10.520/2002, por ter sido a primeira falta, após conclusão das verificações apuradas no PAAI.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 170058 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE
Data Aplicação: 29/10/2021 Valor da Multa: R\$ 7.000,00
Número do Processo: 19615722184202103 Número do Contrato: 13/2019
Descrição/Justificativa: A inobservância do prazo fixado no TR e no Contrato para apresentação da garantia, realizada com uma intempestividade de 129 (cento e vinte e nove) dias (inexecução parcial do contrato), acarretou no processo 19615.722184/2021-03 a penalidade aplicada, conforme o item 18.2.1 do TR, de uma multa de 2% do valor total do contrato a ser recolhida por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) ou descontada dos pagamentos pendentes na execução do contrato ou ainda, se não houver mais pagamentos pendentes a serem efetuados até o fim do contrato, que o valor referente a multa seja inscrito em Dívida Ativa da União (D.A.U).

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa		
UASG Sancionadora:	179087 - BANCO CENTRAL DO BRASIL - BRASÍLIA		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	13/07/2022	Prazo Final:	08/07/2023
Número do Processo:	186239		
Descrição/Justificativa:	Descumprimento do item 19.1 alíneas “c” e “h” do edital do Pregão Eletrônico Demap nº 41/2020.		



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/05/2026 15:39:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **RECINTEC TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ: **14.025.588/0001-42**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

O Tribunal de Contas da União certifica, em 26/05/2026, que **SILVIA FERNANDA ROSSI**, CPF: **219.626.228-51**, NÃO CONSTA no **cadastro de responsáveis declarados inidôneos** para participar de licitação na Administração Pública.



O que significa não constar nesse cadastro?

Significa que não há decisões do TCU que impeçam a pessoa de participar de licitações no âmbito da Administração Pública.



O cadastro não inclui:

- Responsáveis ainda não notificados sobre a decisão;
- Decisões ainda não transitadas em julgado*; e
- Decisões anuladas ou suspensas pelo TCU ou pela Justiça.



Base legal:

Artigo 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)

*O trânsito em julgado marca uma decisão como não mais sujeita a recursos com efeitos suspensivos.



Certidão válida até **25/06/2026**

Quer confirmar os dados? Acesse <https://certidoes.apps.tcu.gov.br> com o código TSKJ20260526160532

<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>



CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

O Tribunal de Contas da União certifica, em 26/05/2026, que **LUIS ERNANI DE CASTRO CARVALHO**, CPF: **501.491.538-80**, **NÃO CONSTA** no **cadastro de responsáveis declarados inidôneos** para participar de licitação na Administração Pública.



O que significa não constar nesse cadastro?

Significa que não há decisões do TCU que impeçam a pessoa de participar de licitações no âmbito da Administração Pública.



O cadastro não inclui:

- Responsáveis ainda não notificados sobre a decisão;
- Decisões ainda não transitadas em julgado*; e
- Decisões anuladas ou suspensas pelo TCU ou pela Justiça.



Base legal:

Artigo 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)

*O trânsito em julgado marca uma decisão como não mais sujeita a recursos com efeitos suspensivos.



Certidão válida até **25/06/2026**

Quer confirmar os dados? Acesse <https://certidoes.apps.tcu.gov.br> com o código GIBK20260526160633

<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>